



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MARANHÃO E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: uma perspectiva histórica.

THE EVOLUTION OF FAMILY FARMING IN MARANHÃO AND THE SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT PROGRAMS: a historical perspective.

Conceição de Maria Rabêlo Bezerra; Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
conceicao.rabelo@discente.ufma.br

Luiz Eduardo Simões de Souza; Professor Associado da Universidade Federal do
Maranhão; luiz.souza@ufma.br

RESUMO: Este artigo aborda a evolução histórica da agricultura familiar no Maranhão e o histórico dos programas governamentais de apoio ao desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar no Estado. Isso remonta a meados da década de 1990, em que a agricultura familiar no Brasil experimentou transformações significativas, impulsionadas por uma série de leis que conferiram uma nova condição a esse importante segmento produtivo da economia nacional, até os dias atuais. São analisadas as vantagens trazidas pelos programas de apoio à agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais, tais como o aumento na produção de alimentos, a geração de empregos e renda, bem como o fortalecimento da economia local, entre outras. De modo geral, os programas governamentais de apoio à agricultura familiar têm se mostrado fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de áreas rurais no Brasil, uma vez que geram empregos e renda, fortalecem a economia local e incrementam a produção de alimentos.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; agricultura familiar; desenvolvimento socioeconômico; estratégias de desenvolvimento; programas governamentais; maranhão.

ABSTRACT: This article addresses the historical evolution of family farming in Maranhão and the history of government programs supporting the socio-economic development of family farming in the state. It starts from the mid-1990s when family farming in Brazil underwent significant transformations driven by a series of laws that provided a new status to this important productive segment of the national economy, up to the present day. The advantages brought by family farming support programs for the socio-economic development of rural areas are analyzed, such as increased food production, job and



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

income generation, as well as strengthening the local economy, among others. Overall, government programs supporting family farming have proven to be crucial for the socio-economic development of rural areas in Brazil, as they generate employment and income, strengthen the local economy, and enhance food production.

Keywords: rural development; family farming; socio-economic development; development strategies; government programs; Maranhão.



1. Introdução

A agricultura familiar tem um papel fundamental na economia brasileira, contribuindo para a produção de alimentos, a geração de empregos e o desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais. Ela é considerada, na historiografia sobre a formação social e econômica do Brasil, como um elemento chave para a superação de entraves ao desenvolvimento, como o conflito distributivo e a concentração da posse dos meios produtivos (FURTADO, 2009). Por outro lado, estudos mais detalhados sobre o desenvolvimento da pequena produção agrícola ou agricultura familiar ainda não parecem ter atingido um grau de acumulação que permita o desenvolvimento de massa crítica sobre o assunto, para além da dedução indireta de suas dificuldades históricas em razão de uma orientação primordial do desenvolvimento agrícola brasileiro no sentido do latifúndio voltado à agroexportação.

No contexto do estado do Maranhão, especialmente nas últimas décadas, a agricultura familiar tem desempenhado um papel relevante, sendo responsável por uma parcela significativa da produção e da renda das famílias rurais. No entanto, esses agricultores enfrentam desafios como acesso limitado a recursos, falta de capacitação e dificuldades na comercialização de seus produtos. Para enfrentar esses desafios, os governos federal e estadual implementaram programas de apoio à agricultura familiar, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural e a inclusão social. Destacam-se no Brasil o Pronaf e o PAA, que fornecem crédito, assistência técnica e garantem a compra da produção dos agricultores pelo governo. Essas notas, em particular, ensaiam uma primeira análise do impacto desses programas no desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais e das famílias envolvidas na agricultura familiar. Isso requer uma análise detalhada da implementação, resultados e desafios desses programas.

2. Histórico dos programas governamentais de apoio à agricultura familiar no Brasil

Antes da década de 1960, a agricultura familiar no Brasil enfrentava diversas dificuldades e tinha poucos recursos disponíveis para seu desenvolvimento. A falta de políticas e apoio específicos para esse setor resultava em condições precárias de trabalho, baixa produtividade e limitado acesso a recursos financeiros e tecnológicos. A partir de 1960, foram adotadas medidas para apoiar a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, tendo como objetivo principal fornecer crédito rural para os agricultores familiares, visando ao fortalecimento de suas atividades produtivas. O programa oferece linhas de crédito com juros mais baixos e prazos mais longos, além de contemplar diferentes finalidades, como investimentos, custeio, comercialização e habitação rural.

Em 2012, o PAA foi lançado, promovendo o acesso à alimentação e incentivando a agricultura familiar. O programa consiste na compra de alimentos produzidos por esses agricultores e sua distribuição para entidades socioassistenciais. Desta forma, o programa cresceu em recursos e beneficiários, tornando-se uma importante política de apoio à agricultura familiar. Além disso, o PAA também investe na comercialização da agricultura familiar por meio da Compra Institucional, que



garante a compra de alimentos para escolas, hospitais e outros órgãos públicos. Isso estimula a produção local e a renda dos agricultores.

Desde os anos 1990, houve um aumento significativo nos programas de apoio à agricultura familiar, tanto em nível federal como estadual, com aumento dos recursos financeiros destinados a esses programas. O Pronaf foi lançado em 1996, oferecendo crédito especial para estimular a agricultura familiar. A partir de 2003, houve uma mudança na abordagem governamental, com a inclusão de assistência técnica e extensão rural no Pronaf. Essa mudança foi crucial para garantir que os agricultores tivessem acesso não apenas a crédito, mas também a serviços e tecnologias que melhorem sua produtividade e qualidade de vida.

Ademais, outros programas foram criados, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955, é uma política de alimentação escolar que determina que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados para a compra de produtos da agricultura familiar. Essa medida contribui para o fortalecimento dos agricultores familiares e para a oferta de uma alimentação mais saudável nas escolas. Outrossim, tem-se também a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), que define e estabelece diretrizes para a agricultura familiar, reconhecendo sua importância para a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e a preservação da cultura rural. A lei prevê medidas de apoio e incentivo à agricultura familiar, como acesso a crédito, assistência técnica, acesso à terra, comercialização e políticas de igualdade de gênero.

Em 2021, foram anunciadas medidas para fortalecer a agricultura familiar, como a ampliação dos recursos do Pronaf e a criação do Auxílio Inclusão Produtiva Rural, que oferece apoio financeiro aos agricultores. Também foi criado o Programa de Fomento às Atividades Rurais, que prevê recursos para aquisição de insumos e equipamentos.

3. Evolução histórica da agricultura no Maranhão

A economia maranhense ao longo da história tem se caracterizado pelo predomínio do setor primário voltado para a exportação, enquanto a pequena produção desempenha um papel de subsistência. Essa dinâmica foi descrita por Celso Furtado (2009) como o binômio subsistência-exportação primária e pelo Manoel Correia de Andrade (2011) como o caráter ultra extensivo da produtividade na economia nordestina e maranhense.

No período colonial, a economia do Maranhão estava direcionada principalmente para a produção agrícola de exportação, como algodão, arroz e cana-de-açúcar, cultivados em grandes propriedades conhecidas como engenhos, utilizando mão de obra escrava para atender à demanda externa, principalmente da metrópole portuguesa. Após a independência do Brasil, ocorreu uma reestruturação no setor primário maranhense. Embora a produção de algodão e cana-de-açúcar tenha continuado importante, surgiram novas atividades, como extração de madeira e produção de couro. Houve também uma expansão da fronteira agrícola, ocupando novas áreas para o cultivo de produtos como arroz e milho.



No período contemporâneo, o setor primário do Maranhão passou por transformações significativas. Houve um aumento na produção de commodities agrícolas, como soja e milho, com foco na exportação. Além disso, a pecuária de corte e leite tem se destacado como atividade importante. A expansão do agronegócio e a modernização da agricultura foram impulsionadas por investimentos em tecnologia, infraestrutura e logística, visando aumentar a competitividade no mercado global.

A evolução histórica do setor primário no Maranhão reflete as transformações econômicas e sociais ao longo dos anos, desde a época colonial até os dias atuais. No entanto, mesmo com os avanços, persistem desafios a serem enfrentados, como a preservação ambiental, a promoção da agricultura familiar e a redução das desigualdades socioeconômicas no setor. O estudo aprofundado desses aspectos pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor primário maranhense. As principais produções identificadas no setor primário são o algodão, o coco babaçu e os grãos.

3.1 Algodão

A produção de algodão no Maranhão teve um papel significativo no setor agrícola ao longo do século XIX e a partir da década de 1990. Essa atividade contribuiu para a concentração de terras e o surgimento de conflitos fundiários. Furtado (2009) destaca a prosperidade alcançada pelo sistema econômico maranhense no final do século XVIII devido à escassez de algodão causada pela guerra de independência dos EUA. No entanto, o modelo produtivo baseado no algodão enfrentou crises e declínios devido ao caráter ultraextensivo da cultura estabelecida desde os tempos coloniais, além da competição desfavorável com os parceiros preferenciais dos britânicos, os estadunidenses (Furtado, 2009).

Durante a primeira metade do século XX, os choques externos da "Era da Catástrofe" impulsionaram a produção maranhense não apenas de algodão, mas também de outros produtos destinados ao mercado interno (Hobsbawm, 1994). No entanto, é preciso destacar que o Maranhão não se tornou mais integrado à economia brasileira até a década de 1960. O desenvolvimento da agropecuária, incentivado pelos programas de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam nas décadas de 1970 e 1980, desempenhou um papel crucial no crescimento do setor agrícola maranhense. No entanto, também resultou em um aumento nos conflitos fundiários (Almeida, 1983; Carneiro, 2013). A partir dos anos 1990, a sojicultura e os plantios de eucalipto se desenvolveram significativamente, ocupando extensões de terra antes utilizadas pela agricultura familiar (Schlesinger, 2008, p.18).

3.2 Babaçu

O extrativismo do babaçu no Maranhão desempenha um papel econômico e cultural importante na região. No entanto, as transformações no cenário agrário e industrial impactaram essa atividade. Houve uma transição da coleta extrativista tradicional dos frutos diretamente das florestas de babaçu para uma maior



comercialização e industrialização do produto, incluindo o processamento do fruto e a produção de derivados, como o óleo de babaçu.

A falta de compreensão sobre a dinâmica das florestas de babaçu e a ausência de dados precisos sobre a produção de frutos têm dificultado o planejamento adequado e a implementação de políticas públicas efetivas para o setor. É necessário investir em estudos científicos e levantamentos de campo para obter informações precisas sobre a produção de frutos e a dinâmica das florestas, a fim de promover uma gestão sustentável e eficiente desse recurso.

3.3 Grãos

A região sul do estado do Maranhão passou por transformações significativas no setor agrícola, especialmente na produção de grãos. Essas mudanças afetaram diretamente a produção do babaçu, pois a expansão agrícola pode ter reduzido a área disponível para as florestas de babaçu e impactado o mercado dos produtos derivados. A região sul do Maranhão apresenta condições favoráveis para a produção de grãos, como soja, milho e arroz, o que pode ter levado à expansão das áreas agrícolas em detrimento das florestas de babaçu. Essas transformações no setor agropecuário também podem ter influenciado a cadeia produtiva e a dinâmica do mercado de produtos de babaçu na região. A infraestrutura e os recursos podem ter sido direcionados principalmente para os produtos agrícolas predominantes, afetando a comercialização e o valor dos produtos derivados do babaçu.

4. Agricultura familiar no Maranhão

Frente a esse cenário, é importante reconhecer a coexistência da agricultura familiar no Maranhão desde seus primórdios, inicialmente sob o caráter de subsistência, com um potencial de comercialização para o mercado interno nunca realizado, pelas próprias características gerais da economia brasileira. A pequena propriedade rural, e desde meados do século XX, os assentamentos estabelecidos pelos movimentos sociais de reforma agrária, inicialmente não produziam muito para além da faixa da subsistência. Somente a partir do final do século passado, com o advento de políticas governamentais de reconhecimento da representatividade desses movimentos sociais e de apoio efetivo à reforma agrária, começaria a pensar-se além da ocupação para a subsistência como maneira de cumprir-se a função social da terra, prevista na Constituição de 1988.

Essa mudança de perspectiva em relação à agricultura familiar no Maranhão, com o reconhecimento de seu potencial além da subsistência, impulsionou uma série de transformações e avanços na atividade agrícola. Com o apoio governamental, os assentamentos de reforma agrária passaram a receber investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e acesso a crédito, permitindo que os agricultores expandissem suas produções e diversificassem suas culturas. Além disso, foram implementadas políticas de comercialização, como a criação de feiras locais e programas de compra direta, que proporcionaram uma maior integração dos agricultores familiares ao mercado interno.



Essas iniciativas trouxeram resultados positivos, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e ambiental. A agricultura familiar passou a contribuir de forma significativa para o abastecimento alimentar da região, gerando excedentes que podem ser comercializados e garantindo uma renda mais estável para as famílias envolvidas. Além disso, houve uma valorização da cultura local e dos saberes tradicionais, uma vez que muitos agricultores familiares optaram por cultivar variedades de plantas e alimentos típicos da região, preservando a biodiversidade e fortalecendo a identidade local.

Essas transformações na agricultura familiar do Maranhão evidenciam a importância de políticas públicas adequadas e do reconhecimento do potencial desses agricultores para o desenvolvimento sustentável. Apesar dos avanços alcançados na valorização da agricultura familiar no Maranhão, é importante ressaltar que essas conquistas não ocorreram sem enfrentar desafios e resistência por parte dos interesses do agronegócio e dos latifundiários. A concentração de terras nas mãos de poucos e a predominância do modelo agroindustrial ainda representam obstáculos significativos para a consolidação de um sistema agrícola mais justo e sustentável.

As lutas sociais em defesa da agricultura familiar e da reforma agrária continuam sendo travadas diariamente. O agronegócio, com seu poder econômico e influência política, muitas vezes busca impor seus interesses em detrimento dos pequenos agricultores. A pressão pela expansão de monoculturas em larga escala, o desmatamento indiscriminado e a utilização intensiva de agrotóxicos são apenas alguns dos desafios enfrentados pela agricultura familiar, que busca preservar a biodiversidade, promover práticas sustentáveis e garantir a segurança alimentar da população.

5. Panorama das políticas públicas recentes para o apoio à agricultura familiar no Maranhão

Os programas governamentais de apoio à agricultura familiar têm promovido o desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais, especialmente dos pequenos agricultores. Esses programas têm trazido benefícios como o aumento da produção agrícola, a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da agricultura familiar como um todo. Entre 2003 e 2018, a produção de alimentos no Brasil aumentou significativamente devido ao acesso dos pequenos agricultores a tecnologias avançadas e melhores práticas de cultivo. Além disso, a agricultura familiar representa cerca de 38% do valor bruto da produção agrícola brasileira, contribuindo significativamente para a geração de renda das famílias rurais. Os programas também têm melhorado a qualidade de vida das famílias rurais, permitindo investimentos em infraestrutura e condições de vida mais dignas.

Apesar dos benefícios, os programas governamentais de apoio à agricultura familiar ainda enfrentam desafios e limitações. A desigualdade de gênero na distribuição dos benefícios é um problema persistente, com as mulheres agricultoras tendo menor acesso a crédito e assistência técnica. Além disso, a burocracia e a falta de recursos são obstáculos para a implementação efetiva desses programas. No entanto, é inegável que tais programas contribuem para a segurança alimentar do país,



incentivando a produção de alimentos saudáveis e diversificados e reduzindo a dependência da importação de produtos agrícolas.

Isso não se deu sem percalços eventuais e desafios. O estado do Maranhão em seu passado recente, especialmente na década de 1990, passou por uma política de desestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), principalmente devido ao que pode ser considerado como uma política pública deliberada e orientada neste sentido. Furtado (2018) afirma que isso ocorreu por meio de uma “operação de desintegração/desmantelamento”, como uma política que visava não priorizar a pequena produção familiar no estado do Maranhão. Essa política levou ao fechamento da Embrater, em 1990, pelo presidente Collor de Mello. Os impactos dessa política na agricultura familiar maranhense foram significativos, pois resultaram no descaso e na falta de apoio aos pequenos produtores familiares do estado. Isso teve efeitos prejudiciais sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar no Maranhão, agravando ainda mais a pobreza e a desigualdade na região.

Sobre este processo, Furtado (2018, p. 60; 69), apresenta uma sequência temporal como se segue:

1- Década de 1990, Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998:

- 1.1. Extinção de vários órgãos e empresa estatais (EMATER/MA);
- 1.2. Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), e todas as suas vinculadas (EMATER/MA, CODEA, CODAGRO, EMAPA, CIMEC, COMABA), sendo que a SAGRIMA, foi transformada em Subgerência de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vinculada à Gerência de Estado de Planejamento (GEPLAN).

2- Década de 2000:

- 2.1. 1999 a 2003: Falta de apoio financeiro federal aos serviços do ATER, ausência de uma política pública nacional para o setor, cujas proporções tornaram -se mais sérias nos estados e municípios mais pobres, alguns estados da federação reestruturaram os serviços, dando lhes diversas formas institucionais e criando mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes;
- 2.2. 2002: No Maranhão foi criada a GEAGRO, AGED (Agência de Defesa Agropecuária/ 19.04.2002 – Autarquia vinculada a GEAGRO), além do NEPE e ITERMA - novo sistema de agricultura;
- 3 - 2003: A partir de 2003 houve a recomposição do serviço de extensão rural público pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O governo criou o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ligada ao MDA. No Maranhão foram criadas as Casas da Agricultura Familiar, vinculada à GEAGRO;



4 - 2004: No Maranhão foi criada a SEAGRO, que incorporou as Casas de Agricultura Familiar e tem início os trabalhos das ONG's (EFAs, CFRs) já tendo trabalho desde 1980; 7. 2006: No Maranhão foi criada a AGERP – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural/Autarquia vinculada à SAGRIMA. Lei Nº 8.562 de 28 dezembro de 2006, buscou oficializar o Serviço de Pesquisa e Assistência Técnica, com recursos do Tesouro Estadual, tendo sido extinta a EMATER no ano de 1998.

Observa-se, portanto, que as políticas públicas recentes para o apoio à agricultura familiar no Maranhão refletem um histórico de desestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado, principalmente na década de 1990. Essa política deliberada de desintegração/desmantelamento resultou no fechamento da Embrater e na falta de apoio aos pequenos produtores familiares. Os impactos negativos foram significativos, afetando o desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar, além de agravar a pobreza e a desigualdade na região.

Ao longo do tempo, foram realizadas ações para recompor o serviço de extensão rural e promover o apoio à agricultura familiar no Maranhão. Na década de 2000, houve a criação de instituições como a GEAGRO, AGED, NEPE, ITERMA, SEAGRO e AGERP, com o objetivo de fortalecer a assistência técnica e extensão rural, além de apoiar outras entidades emergentes. O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) desempenhou um papel importante na recomposição do serviço de extensão rural público, por meio da criação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

Apesar dos esforços de recomposição, é necessário reconhecer que a agricultura familiar no Maranhão ainda enfrenta desafios significativos. A ausência de uma política pública nacional para o setor e a falta de apoio financeiro federal impactam negativamente os serviços de ATER, especialmente nos estados e municípios mais pobres. A criação de instituições e mecanismos de financiamento é um passo importante, mas é fundamental garantir recursos adequados e continuidade nas ações para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

As políticas públicas recentes para o apoio à agricultura familiar no Maranhão refletem um processo complexo de desestruturação e recomposição da assistência técnica e extensão rural. Apesar dos avanços, é necessário um compromisso contínuo por parte das instituições governamentais para superar os desafios e promover a sustentabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar no estado. A valorização e o fortalecimento desse setor são essenciais para combater a pobreza, reduzir as desigualdades e promover a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável no Maranhão.

5. Considerações Finais

A Agricultura Familiar, com suas características distintas e potencial de integração social e produtiva das famílias envolvidas, é um setor essencial para o



desenvolvimento rural e sustentabilidade agrícola. No entanto, ao analisar diversos estudos e pesquisas, é possível identificar obstáculos significativos que impedem a plena efetivação desse potencial na prática.

Um dos principais desafios enfrentados pela Agricultura Familiar é a democratização da assistência técnica. A falta de acesso a informações atualizadas, tecnologias apropriadas e conhecimentos especializados limita a capacidade dos agricultores familiares de melhorar suas práticas agrícolas, aumentar a produtividade e enfrentar os desafios do mercado. É necessário investir em programas e políticas que promovam a capacitação e o suporte técnico adequado, garantindo que os agricultores familiares tenham acesso a recursos e conhecimentos necessários para otimizar sua produção.

Outro fator relevante é o uso racional do crédito. A Agricultura Familiar muitas vezes enfrenta dificuldades no acesso a financiamentos adequados e em condições favoráveis, o que limita suas oportunidades de investimento e expansão. É fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que facilitem o acesso ao crédito rural, com linhas de financiamento específicas e adaptadas às necessidades dos agricultores familiares, além da conscientização sobre a importância do uso responsável desses recursos.

Além disso, é preciso considerar outros fatores que impactam a efetivação do potencial da Agricultura Familiar, como a infraestrutura rural, o acesso a mercados e canais de comercialização, a diversificação de cultivos e a valorização dos produtos locais. O apoio governamental, por meio de programas e incentivos, deve ser direcionado para promover a inclusão social, o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade dos agricultores familiares.

Em suma, a Agricultura Familiar desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. No entanto, para que seu potencial seja plenamente aproveitado, é necessário superar os desafios mencionados, investir em políticas públicas adequadas e fortalecer a parceria entre instituições governamentais, acadêmicas e sociedade civil. Somente assim será possível promover o crescimento e desenvolvimento efetivo da Agricultura Familiar, contribuindo para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. (1983). Conflitos agrários no Maranhão. Estudos Avançados.
- ANDRADE, M. C. (2011). A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Cortez (1ª. ed. 1963).
- CARNEIRO, M. (2013). A revolução que transformou o campo. Estudos Avançados, 27(79), 163-187.
- DELGADO, G. C., & BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). (2017). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- FURTADO, C. (2009). Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras (1ª ed. 1959).
- FURTADO, C. A. O. (2018). A política de assistência técnica de extensão rural no Maranhão: do desmonte à (re)estruturação da política nos anos 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, UEMA, São Luís.
- HESS, D. R., CORRÊA DE SÁ, M. E. P., & AGUIAR, T. C. (s.d.). A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70. Página 50.
- HOBBSBAWM, E. (1995) Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 - 1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). Distribuição Espacial da População. Revista Brasileira de Geografia, 60(1), 97-147. Recuperado de <https://www.rbge.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/945/1171>
- PORRO, R. (2021). Engajamento diferenciado no extrativismo do babaçu: uma análise para o início dos anos 2020. in <http://https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1134680/engajamento-diferenciado-no-extrativismo-do-babacu-uma-analise-para-o-inicio-dos-anos-2020>, consultado em 10/06/2023.
- SCHLESINGER, S. (2008). Soja: o grão que segue crescendo. Recuperado de <https://sites.tufts.edu/gdae/files/2020/03/DP21SchlesingerJuly08.pdf>
- SILVA, C. S., & LOPES, J. F. (2016). Agropecuária no Maranhão: Limites e desafios. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, 14(1), 37-45. Recuperado de [http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/authorship_2%20\(1\)](http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/authorship_2%20(1))